

SUMÁRIO

Prefácio	15
Introdução	19
Capítulo 1 – Ditadura militar e a aplicação da justiça de transição no Brasil	23
1.1 A doutrina da segurança nacional e a repressão política.....	23
1.2 A ruptura da ordem constitucional: o Estado de exceção	26
1.3 A “judicialização” da repressão política no Brasil.....	33
1.4 Burocracia e responsabilidades	35
1.5 Justiça de transição	43
1.5.1 Crimes contra a humanidade: punir ou perdoar?	47
1.5.2 Das variadas formas de respostas às graves violações aos Direitos Humanos: vingança, esquecimento e julgamento	54
1.5.3 Direito à verdade e à memória frente às graves violações aos Direitos Humanos	56
1.5.4 Verdade factual vs. verdade histórica	67
1.5.5 A opção brasileira: o esquecimento (anistia) para uma transição pacífica	72
1.5.5.1 Crimes políticos e conexos (crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política)	76
1.5.5.2 O argumento do mal menor para a transição pacífica.....	83
1.5.5.3 As medidas da justiça de transição (in)aplicadas no Brasil...	86
Capítulo 2 – A confluência do Direito Penal Internacional com o Direito Internacional dos Direitos Humanos	97
2.1 O indivíduo como sujeito do direito internacional e a questão da soberania dos Estados.....	97
2.2 Crimes internacionais.....	101

2.2.1	A caracterização dos crimes contra a humanidade pelo Direito Internacional	103
2.2.2	A obrigatoriedade da persecução penal em face dos perpetradores de crimes contra a humanidade	112
2.2.3	A configuração dos crimes praticados pela ditadura militar no Brasil contra a dissidência política como crimes contra a humanidade	116
2.2.4	A imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade	124
2.2.5	O <i>Jus Cogens</i> e o costume internacional	130
2.2.6	Inexistência de reserva constitucional para disciplinar matéria de prescrição penal no ordenamento jurídico brasileiro.....	138
2.3	A anistia de “dupla via” no Direito Internacional	140
2.3.1	A Teoria dos “Dois Demônios”	144
2.3.2	A invalidade das “autoanistias” no Sistema Interamericano de Direitos Humanos	151
2.4	As tentativas de investigar e punir os crimes da ditadura militar.....	156
2.4.1	Os fatores político-jurídicos limitativos da apuração de responsabilidades.....	161
 Capítulo 3 - A Responsabilidade Internacional do Estado Brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....		175
3.1	Responsabilidade internacional do Estado por violação aos direitos humanos	175
3.2	Os elementos da responsabilidade internacional do Estado por violação aos direitos humanos	183
3.3	O sistema interamericano de Direitos Humanos	186
3.3.1	A Convenção Americana de Direitos Humanos	187
3.3.2	A Comissão Interamericana de Direitos Humanos	189
3.3.3	A Corte Interamericana de Direitos Humanos	192
3.3.3.1	A jurisdição obrigatória da Corte Interamericana sobre o Brasil e a cláusula temporal.....	196
3.4	Os direitos das vítimas previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos desrespeitados pela ausência de responsabilização penal dos agentes estatais envolvidos com a repressão política durante a ditadura militar no Brasil	201
3.4.1	O Relatório nº 33/01 sobre a Guerrilha do Araguaia	210
3.4.2	A audiência temática sobre a Lei de Anistia Brasileira	213
3.5	Direitos dos perpetradores: terceiros prejudicados frente à sentença internacional?	215
3.6	As origens da ilicitude: os órgãos brasileiros responsáveis pelas violações aos direitos das vítimas da ditadura militar.....	218
3.6.1	Poder Legislativo	219
3.6.2	Poder Judiciário	223

3.6.3 Ministério Público	228
3.6.4 Poder Executivo	229
3.7 Os regimes de responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos	233
3.7.1 Responsabilidade internacional pela violação de obrigação <i>erga omnes</i>	235
3.7.2 Responsabilidade internacional “agravada” pela violação “sistemática” ou “flagrante” do <i>Jus Cogens</i>	237
3.7.2.1 A responsabilidade internacional “agravada” na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	241
Capítulo 4 - As reparações devidas às vítimas	251
4.1 Considerações iniciais	251
4.2 O conceito de vítima na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	254
4.3 As diversas formas de reparação	265
4.3.1 <i>Restitutio in integrum</i>	265
4.3.2 Indenização	268
4.3.3 Satisfação	270
4.3.4 Dever de investigar, processar e punir	278
4.3.4.1 Teorias sobre a punição e as suas insuficiências frente às graves violações aos direitos humanos	282
4.3.4.2 Reparções e justiça restaurativa nas graves violações aos direitos humanos	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS	297